

A RELAÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Dariana Maria Silvino¹

RESUMO

O presente trabalho aborda reflexões e discussões de gênero e sexualidade dentro do espaço escolar, cujo nosso objetivo foi problematizar construções das identidades e violências de gênero, além da LGBTfobia no contexto da educação. Essas indagações possibilitam debater as múltiplas formas de violência que o ambiente educacional pode apresentar numa estrutura de sociedade patriarcal-capitalista-racista. O aporte teórico acerca dos conceitos de gênero, práticas sexistas e misóginas no contexto da escola nos quais este estudo se fundamentou foi dado, entre outros, por Safiotti (2015; 1987), Louro (1997), Freire (1996), Scott (1995) e Frigotto (2002), pois oferece respaldo para pensar costumes que invisibilizam as mulheres ao longo da história na tentativa de silenciá-las, e também segregar sujeitos que fogem da heteronormatividade. Assim, as análises tiveram uma perspectiva histórico-crítico, numa pesquisa de cunho qualitativo, usando ferramentas para coleta de dados como o questionário, tudo isso para alinhar teoria e prática. Diante da relevância do tema, é fundamental pensar o ensino do respeito e plural. Logo, a intenção e compromisso é no ensino-aprendizado democrático, na liberdade de ser e viver uma vida sem violência, na igualdade enquanto direito humano fundamental de todos (as) dentro e fora da instituição escolar. Concluímos que, na área da educação, as abordagens de gênero apresentam inúmeras formas de opressões diante de um cenário de neoconservadorismo que estrutura a produção das desigualdades e vamos de encontro a tudo isso. Por fim, é fundamental vivenciar de maneira crítica as discussões de gênero em tempos de negações dos direitos sociais e educacionais.

Palavras-chave: Educação, Gênero, Sexualidade, Violência, Escola.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda reflexões e discussões de gênero e sexualidade dentro do espaço escolar, cujo nosso objetivo foi problematizar construções das identidades e violências de gênero, além da LGBTfobia no contexto da educação brasileira e local. Ao trazer as especificidades de pesquisa realizada com professoras na Escola Municipal Vila Goiás em Serra do Mel-RN para complementação do debate por nós propostos. Essas indagações possibilitam debater as múltiplas formas de violência que o ambiente educacional pode apresentar numa estrutura de sociedade, que atenta Cisne e Santos (2018), “patriarcal-capitalista-racista”. Na qual vivemos no contexto marcado pelo

¹ Bacharela em Serviço Social-UERN. Especialista em educação-IFRN. Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo-UFBA. E-mail: darianasilvino@gmail.com

neoconservadorismo, aumento das violências estruturais e estruturantes, onde na escola, alerta Frigotto (2002), quiçá, apresenta sobre múltiplas faces. Sendo isto, a razão de entender essas nuances no capô da educação. Assim, estas análises tiveram uma perspectiva histórico-crítico, numa pesquisa de cunho qualitativo, usando ferramentas para coleta de dados como o questionário, tudo isso para alinhar teoria e prática.

Dito isto, tais reflexões permitem visibilizar as múltiplas formas de como a violência se expressa, mas também, encontrar formas de resistências a estrutura que estabelece relações sociais desiguais, pois como afirma Saffiotti (2015) “o poder” e privilégio na sociedade é do “macho”. Então, a luta por verdadeiramente democracia, liberdade de ser o que quiser, viver uma vida sem violência, na igualdade, é direito fundamental e humano de todos (as), sobretudo, na educação.

Porque no espaço escolar as relações sociais de poder, desiguais, são estabelecidas numa interrelação, segundo Louro (1997) com o machismo e sexismo de todos os dias. Portanto, os problemas de gênero (Butler, 2016) na realidade local, municipal, nacional vêm no sentido de desconstruir as opressões entre homens e mulheres.

É fulcral entender que Gênero e sexualidade são construções social, cultural, identitária, sendo visível em papéis sociais, historicamente criados, porém não atribuindo diferenças há fatores naturais, condição física, mas fruto das desigualdades. Portanto, a reflexão de gênero e sexualidade aqui apresentada não centra no conceito biológico, contudo aborda diversas masculinidades e feminilidades possíveis, na compreensão que gênero tem duas partes e subpartes conectadas, portanto Scott afirma que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). É fulcral que essa discussão deva ser ligada com a questão da educação sexual.

Para que as políticas públicas educacionais relacionadas ao gênero, sexualidade possibilitem outras formas de se reconhecer no mundo, não afirmada na heterossexualidade compulsória, trazendo diálogos da não existência de desigualdades. Portanto, o conceito de gênero está relacionado à construção do ser, diferente do que se entende por sexo, ligado exclusivamente ao fator biológico, por tanto entendido como natural e determinado. Pois cada sujeito pode não corresponder ou identificar com o binarismo convencionado socialmente: feminino/masculino, conforme Louro (1987).

Com isso, é primordial refletir sobre esses marcadores sociais por trás das imbricações que são forjadas, a partir da interseccionalidade das opressões, e proporcionar discussões necessárias no campo educacional, olhando para este recorte,

fica imprescindível a produção de conhecimento na academia que chegue em diferentes lugares, realidades, tendo pesquisadores (as) comprometidos (as) nas pautas progressistas, inclusivas, na construção de uma escola do respeito, acolhedora, diversa e plural.

Logo, a conformação dos sujeitos em torno da “categoria de gênero e expressão da sexualidade é imposta numa heterossexualidade² normativa, compulsória, então da urgente demanda e resposta do Estado na formulação de políticas públicas específicas, no combate a educação sexista³.

Ver-se na reflexão exposta, que as violências de gênero possuem diversas nuances, recortes, contextos culturais de realidades vivida, cor, raça, classe, faixa etária e como lidar com está realidade através do “chão” da escola, cotidiano, dia a dia na prática da educação formal? É vital nesta busca de aprender, conhecer quais as dificuldades, as ausências do Estado dentre tantas outras especificidades loco-regionais. Precisamos de uma educação, ensino-aprendizado que não molde sujeitos, realidade, saberes, já basta de discriminações, exclusões, segregações por demais.

Desta forma, não importa com quem esteja trabalhando, temos que vivenciar a prática da educação libertadora, crítica e plural, Lembrara Paulo Freire (1996, p. 128) “não podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos transformadores”. Enquanto protagonistas que vivenciam diversas situações no seu cotidiano escolar pela busca da liberdade, contrária a educação bancária, a ela, resiste.

É necessário avançar na reflexão crítica dessa construção como protagonista no processo de formação que recebe os “conhecimentos”, formação adquiridos por outrem, assim mulheres e homens se transformam e refazem o seu caminho, enquanto sujeitos históricos e inacabados socialmente. Na curiosidade em aprender, de conhecer, construir outra forma de saber, na crítica ao dado, tendo rebeldia para estimular a capacidade dos indivíduos pela transformação de sua condição como sujeitos em permanente mudança. Por fim, é desafiador, arrisca-se, sair da educação normativa. Embora, sejamos seres humanos com capacidade de intervir e conhecer o mundo através das ações, ou melhor,

² Sistema que impõe o poder dos homens, brancos e hétero como norma e leis a seguir, daí essa junção de estrutura para fundamentar as desigualdades seja de classe/gênero, raça/etnia (grifo nosso). Por isso, precisamos compreender como o patriarcado (e dentro dele o heterossexismo) e o racismo, conformam a formação das classes no Brasil, estruturando relações de opressão e exploração (CISNE E SANTOS, 2018, p. 109).

³ É um tipo de educação que se utiliza de determinadas diferenças biológicas, físicas para justificar desigualdade e hierarquia existente entre os meninos e meninas no espaço escolar. Ver Moreno (1999).

da realidade educacional na qual estamos imersos (as). Sendo basal discutir as implicações políticas que um fenômeno tem na sociedade e como ele se apresenta na busca da sua totalidade e condicionalidade.

Ter a curiosidade como inquietação, de tal modo possibilita não cair nos irracionalismos. Nas palavras de Freire (1996, p. 135) [...] “quanto mais me assumo como sujeito [...] mais percebo as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar”. Logo, somos capazes de decidir, romper com modelos postos socialmente e de um educar tradicional. Por isso que existe a necessidade de não deixar de acreditar na alteração social por um tipo de educação mais inclusiva.

Desde modo, através da solidariedade social e política é possível construir uma sociedade em que as pessoas possam ser elas mesmas, desenvolverem suas potencialidades de forma respeitosa e democrática. Colocando-nos no lugar do oprimido, fazendo o exercício cotidiano do respeito ao diferente, predisposto a mudança, enquanto cidadãos, que assume o existir no direito e dever de optar, de decidir.

O contexto anterior dará suporte para refletir o universo no qual encontra-se as informantes entrevistadas. Para iniciar o diálogo, as professoras que ensinam no estabelecimento responderam que, em nenhum momento fizeram algum curso de formação para trabalhar, especificamente, educação em gênero ou mesmo participaram de palestras que abordassem a temática pesquisada. Dessa forma, os dados apresentados vêm refletir o que já era apontado como possível hipótese, ou seja, ausência de algum tipo de produção científica ou discussão no ambiente escolar sobre questões de gênero, diversidade sexual e sexualidade. Com esses questionamentos iniciais, seguem trechos para maiores esclarecimentos.

[...]. Eu nunca fui a favor de discutir, assim, sobre gênero em sala de aula, uma que eu só trabalho com criança, infantil, de primeira até terceira, eu não acho interessante. (SIMONE, 2023).

Sim, com certeza! Em relação ao respeito, né! Essa temática tem de ser bem discutida para que exista nesse sentido o respeito entre todos os gêneros, né! (FRIDA, 2023).

Eu acho importante, mas acho assim um tanto complicado [...] eu bato muito com essa questão de você impor, trabalhar a questão dos gêneros em sala de aula, porque [...] vai de encontro com a questão das famílias também [...] qual a aceitação delas, né? E a sociedade também [...] quando fala em gênero vê só a questão da sexualidade. Mas você vê a questão da vestimenta, a questão dos gostos, eles vão se afunilar sempre pra questão do gênero de masculino e feminino [...] eu já tive aluno no primeiro ano que foi, é, criticado porque foi pra uma sala de aula com short rosa, e o menino veio chorando porque na hora do intervalo os colegas disseram que ele não era pra usar o short rosa porque é

coisa de menina se ele usasse [...] a questão de gênero é ampla? É ampla, mas pode prestar atenção que ela vai afunilar sempre pra essa questão masculina e feminina. (ÂNGELA, 2023).

Assim, porque eu trabalho com educação infantil, discutir não é nem bem a palavra, né! Mas assim, abordar de alguma forma, né! [...] nós vivemos essa diversidade, né! Nos dias atuais, né! Na sala de aula, na família. (NÍSIA, 2023).

A partir da realidade apresentada pelas pedagogas, nota-se, em alguns momentos, a divergência de opiniões. Segundo SIMONE, nas séries iniciais, por exemplo, da educação infantil não acha tão “apropriado” trazer essas discussões para o espaço de sala de aula. Outra educadora vai direcionar as estruturas de gênero para o respeito de maneira ampla, não tocando, especificamente na problemática. Também aparece no discurso das **docentes a preocupação do que os pais e família irão pensar ao abordar gênero, sexualidade**, pois nesse contexto as profissionais têm certo receio, talvez medo da censura por parte da sociedade, de como irão reagir ou quem sabe, pensar a respeito delas. Vê-se que são debates instigantes, e desafios pedagógicos com os quais as educadoras lidam.

A docente ÂNGELA pontua ser importante discutir, sim, a abordagem, diante das demandas de gênero, que hoje têm se apresentado na escola, mas acha um tanto “complicado”, porque é perceptível a existência do modelo tradicional de família (monogâmica, branca e burguesa) e sociedade. Ao reproduzir significados sociais atribuídos ao gênero, quem sabe, acabam influenciando às práticas pedagógicas, assim, as professoras comentam ser delicado modificar determinadas realidades, onde na particularidade da Vila Goiás, todos (as) se conhecem, e como, de certa forma, serão impactadas, “expostas”.

Ao que parece, quem não segue a ordem estabelecida é “malvisto”, daí envolver as questões de gênero nas vestimentas, nas cores e brincadeiras. E, conforme as palavras de Butler (2016, p. 13): “A complexidade do conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar de discursos” em torno das representações postas ao gênero que são produzidas pelos mais variados discursos.

Por exemplo, se o menino gostar de rosa, ainda conforme ÂNGELA, leva a agir de determinada forma, uma tendência a ser “afeminado”, então, tende a ser produzido no imaginário social que usar roupa ou brinquedo do sexo oposto pode vir a definir o gênero, mas a partir de autoras apresentadas ao longo deste trabalho, percebe-se que essa analogia é produzida por construções desiguais, históricas e culturais.

Tais construções amparam-se no fator anatômico para explicar as novas identidades, todavia determinadas pessoas podem não se reconhecer no “corpo” que foi atribuído/a um sexo biológico, destaca Mead (1979). Ocorre, nessa fase da infância, que as crianças estão vivenciando processos de desenvolvimento, descobrimento, aprendizado e, por isso, surgem questionamentos e dúvidas diversas. Percebe-se com isso, que as nuances das práticas educativas escolares podem basear-se nas produções convencionais binárias, esperadas pelas normas de gênero, feminino/masculino.

Trazendo para o contexto de análises, as respostas unânimes das educadoras afirmam que a escola não trabalha, especificamente, formação docente na área. Dentre as respostas, chama a atenção o relato de ÂNGELA “Porque, muitas vezes, o pensamento do professor é um, mas você enquanto educador vai seguir o que a escola tá implantando, o que ela quer que siga, tem isso também”.

A percepção sobre o modelo escolar pedagógico desenvolvido na Escola da Vila Goiás pode condizer com a educação vigente, normativa, que já vem pronta da gestão nacional, local/municipal e assim, de certa maneira generaliza as particularidades, singularidades, de modo a negligenciar momentos de reflexão ao debate plural e inclusivo de assuntos iguais ao gênero e educação sexual. Nesse sentido, as docentes foram indagadas se trabalham, especificamente, as questões relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade em sala de aula:

[...] acho que essas perguntas era mais pra, assim, fundamental II. É difícil, até pra mim responder, porque não fiz nenhum trabalho nem sobre gênero, sexualidade, porque minhas crianças são muito pequenas, não tem como trabalhar isso. (SIMONE, 2023).

[...]. Sempre trabalhando na criança o respeito ao outro, sempre pela idade deles, por serem alunos do 4º e 5º ano, trabalhando a questão da sexualidade [...] para que eles tenham um olhar que não vá ver a sexualidade como algo vulgar, mas sim como uma coisa de respeito. (FRIDA, 2023).

Eu acho que a questão de gênero ela tem que ser trabalhada primeiro com a gente, antes da gente trabalhar com aluno [...] tem esse impacto também pra nós educadores, pra nós professores, pra o pessoal que trabalha com a criança em sala de aula[...] questão da vestimenta, aquela criança, por exemplo, que vem pra sala de aula, é, com a roupa, ele é masculino, ele vem com a roupa que se você olhar você vai dizer que aquela criança não é masculina, é feminina, mas que pra ele aquilo é normal, é natural, então pra ele não tem importância se aquilo é de um homem ou de mulher, pra ele aquilo é somente uma roupa, uma vestimenta [...] então assim, eu acho, as vezes, nós enquanto professores nós, mesmos não temos aquela visão, daquele aluno, nós mesmos é, fazemos *bullying* com aquela criança, um certo preconceito [...] (ÂNGELA, 2023).

[...]. Tipo na questão das cores, né! [...] rosa pra menina, azul pra menino, então a gente de certa forma a gente tenta desmistificar isso aí, sabe! [...] eu, na minha sala de aula procuro desmistificar isso aí. A criança vem com esse preconceito, eu não vou alimentar, né! Se eu tenho, se eu não concordo com essa visão [...] (NÍSIA, 2023).

Diante das falas fica compreensível que as professoras sentem certas dificuldades ou não estão preparadas para as discussões, seja por não saberem lidar na fase inicial de aprendizados das crianças com as curiosidades da vida, por exemplo, na educação infantil, onde as crianças são pequenas. De todo modo, mesmo pela idade de meninas e meninos, fica evidente que roupas, brincadeiras, brinquedos não possui gênero, podem vestir o que quiserem. Muitas vezes, os próprios adultos não têm esse entendimento dos (as) estudantes, como a educadora ÂNGELA pontuou: “que as vezes, as professoras, não tem aquela visão, daquele aluno, elas mesmas, podem fazer *Bullying* com aquela criança, um certo preconceito”. No entendimento da docente, elas mesmas, de certa forma, acabam reproduzindo o *Bullying* na escola.

Ainda conforme as transcrições, quanto tocam no assunto sobre gênero e sexualidade, tentam explicar de maneira que a criança compreenda, no entanto, estando mais relacionada, no olhar de FRIDA sobre o respeito ao outro, mas não deixa claro, sobre qual perspectiva deve trazer a questão da sexualidade em sala de aula sem ser de maneira vulgar ao relacionar-se aos diversos comportamentos.

Os diálogos vêm problematizar, no sentido de que antes de discutir o tema com as crianças, primeiro, é preciso trabalhar as pedagogas, para possibilitá-las refletir sobre as nuances da vida social, certos preconceitos, até mesmo desmistificar que a “cor rosa é de menina, azul de menino”. Pois, no entendimento dos alunos, existem brinquedos e roupas, podendo não terem, claramente, a compreensão das normas estabelecidas pelos “sistemas patriarcal-racista-capitalista”, segundo Cisne e Santos (2018) do que é aceitável socialmente ou permitido nas construções de gênero. Mas no entendimento de que as questões de gênero se evidenciam conforme as relações sociais, culturais avançam, também podem ser passíveis de mudanças, embora, as modificações sejam dificultadas por existir imbricações macroestruturais que chegam até a escola, através de atitudes, comportamentos, vestimentas, brincadeiras das crianças em sala de aula e da própria convivência e interação entre as pessoas.

Vindo à tona o assunto da sexualidade, é como se no decorrer da vida, no desenvolvimento das crianças existissem padrões, devendo agir, falar, pensar, comportar-se, seguindo a ordem exigida, seja no lado pessoal ou social baseada numa definição clara

do sexo, esclarece Mead (1979). Por conseguinte, compreender a importância de ter uma qualificação para trabalhar educação em gênero, segundo a docente ÂNGELA “é fundamental” visto na ausência do diálogo, a seguir revelado por ela, não lembra de ter feito nenhuma formação para discutir educação em gênero, ainda não!” Como a professora Ângela relata acha importante a discussão, mas não passou por algum processo ou curso que aborde o tema, já SIMONE expõe que até “No momento da entrevista não” tinha passado por qualquer formação inicial ou continuada na área.

Seguindo na mesma lógica da fala anterior FRIDA argumenta, que hoje, “discute de maneira ampla, mas assim, específica, sobre gênero, não!” Deste modo, vindo apresentar que o enfoque dos conteúdos em sala ocorre de forma ampla, certo ponto mais generalista, homogêneo, não abordando para a problemática da pesquisa. “Não, até o momento não”, educação em gênero NÍSIA não trabalhou. Dando continuidade o raciocínio das outras educadoras, NÍSIA expõe que também não participou de nada voltado para educação em gênero. Desta maneira, ao serem indagadas se conhecem os cadernos do (MEC/2007) direcionado para os estudos de gênero, diversidade na educação e também se as legislações que abordam sobre igualdade de gênero estão sendo cumpridas no espaço escolar, tem-se as seguintes respostas:

[...]. Já vi muito, mas nunca parei para ler. (SIMONE, 2023).

Já ouvi falar, não cheguei a ler. É de conhecimento, sei que tem, agora que eu já tenha lido. (FRIDA, 2023).

Não! Eu já li, mas assim, pra você dizer, se você tem aprofundamento, se você sabe, não, não sei! (ÂNGELA, 2023).

Não, conheço não! (NÍSIA, 2023).

É como eu digo a você [...] essa área assim, de... de discussão de gênero, eu não estou por dentro [...] foi muito comentado, mas até que calaram, se foi a frente é como eu digo a você, no fundamental II [...] foi muito debatido que, muito contra alguns a favor, mas eu não cheguei a ler [...]. (SIMONE, 2023).

Eu acredito que sim, tá sendo cumprido sim, esse é um trabalho que ele é sempre feito, é sempre trabalhado nas escolas. (FRIDA, 2023).

Não, eu não acredito que seja, eu discordo, eu acho que nós temos muitas leis, assim que elas existem só no papel, mas assim, pra ser cumpridas, realmente nós sabemos que elas não são. (ÂNGELA, 2023).

Não, conheço não! [...] não tão sendo cumpridas, né! [...] porque vai depender de quem vai está lá na ponta, né! Papel está lá [...] vai depender, é... do professor que está lá na sala de aula, né! Porque pra uma lei, é... ser cumprida, vai depender de alguém que lute, né! [...] Que alguém reivindique, né! E, às vezes, nem todas as pessoas tem o conhecimento, né! (NÍSIA, 2023).

Na perspectiva da realidade das professoras e escola Municipal Vila Goiás, existe certos desafios. Primeiro que a vivência da Goiás pode não ser a mesma das outras vilas, de certa forma, a gestão municipal traz uma generalização do fazer pedagógico. Isso pode implicar uma série de questões, sobre como pensar uma educação plural, mais inclusiva diante de realidade tão particular, fica a indagação. Portanto, ao referir às leis que mencionam a educação em gênero, as professoras reconhecem que acabam não priorizando, dando tanta importância, devido à sobrecarga de demandas da escola aliada a casa e, os filhos.

Com isso, o ensino no cotidiano é homogêneo, de certa forma esquecido e inviabilizado, segue o planejamento da administração municipal, que já vem todo pronto, estabelecido de “cima para baixo” devendo ser cumprido a partir da vontade da gestão atual⁴. Outro ponto que se torna perceptível: certo anseio de esclarecimento, tentativa de compreender o assunto quando as professoras concordam em participar da pesquisa, embora com uma visão ainda distorcida ao relatar seus entendimentos e dificuldades. Porém, pensamos que esta conversa inicial é um avanço, no lugar de tantos esquecimentos, de invisibilidades, certas discussões são fulcrais para um educar mais respeitoso e construtivo.

1. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados foi uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois conforme Minayo (2007, p. 124):

No caso da pesquisa qualitativa, ao contrário, o envolvimento do entrevistado com o entrevistador, em lugar de ser como uma falha ou um risco comprometedor da objetividade, é pensado como condição de aprofundamento de uma relação intersubjetiva. Assume-se que a inter-relação no ato da entrevista completa o afetivo, o existencial, o contexto do dia-a-dia, as experiências, e a linguagem do senso comum, e é condição “sine qua non” do êxito da pesquisa qualitativa.

A partir das problematizações abordadas, buscou-se compreender o universo dos sujeitos entrevistados pelo estudo de caso da referida escola, que possibilita detalhar situações e permite fazer uma exploração da realidade no sentido de trazer as limitações

⁴ O então prefeito da cidade na época, divulgou uma nota pública sobre a proibição da suposta ideologia de gênero nas escolas de Serra do Mel.

postas. Bem como explicar os causadores de determinados fenômenos sociais ao relaciona-los as macroestruturas, a despeito da percepção de Gil (2002, p. 54):

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

Para tanto, em relação às técnicas de coleta de dados utilizadas, destacaram-se a realização de entrevistas semiestruturadas e o uso de questionários. Vale salientar que a primeira abordagem às professoras ocorreu por rede social, feito o convite e explicado os pormenores da pesquisa, foi marcado o dia, hora e lugar das entrevistas, estas aconteceram numa sala, de forma individual, colhida as assinaturas dos temas de consentimentos, uso de áudio das professoras. A partir desse percurso, as entrevistas gravadas foram transcritas no word e construído um quadro de conceitos para análise das falas, depois salvas em pen-drive, *google drive* e nuvem, somente a pesquisadora e orientadora tiveram acesso as informações confidenciais. Vale salientar que a pesquisa foi submetida ao comitê de ética na plataforma Brasil e teve sua aprovação.

Em relação à caracterização dos sujeitos, apesar de ter sido projetado, inicialmente, com as cinco professoras da educação infantil e ensino fundamental que compõem o quadro docente da Escola Municipal Vila Goiás, durante o procedimento apenas quatro professoras puderam contribuir e participar.

No processo de apresentação dos dados, mantendo o anonimato, sigilo profissional, ética na divulgação das informações obtidas e divulgadas ao público as quatro professoras foram nomeadas com pseudônimos de mulheres feministas: Simone, Frida, Ângela e Nísia. O quadro docente da escola consta de duas turmas de educação infantil, sendo uma voltada para crianças de 4 anos e outra turma voltada para as crianças de 5 anos. Há ainda uma turma multisseriada⁵ com alunos 2º e 3º ano, uma turma de 4ª série e outra da 5ª série.

Por fim, a argumentação apresentada se fundamenta na perspectiva da pedagogia histórico-crítico ao elaborar os apontamentos reflexivos na construção do estudo de educação em gênero e formação docente, observando a complexidade das relações. A pedagogia histórico-crítico possibilitou uma melhor compreensão acerca das práticas

⁵ Modalidade comum na zona rural, uma professora ensina na mesma sala, turmas diferentes.

escolares voltadas para gênero e sexualidade na educação, enquanto relacionada as interconexões das opressões e macroestruturas enquanto partes que se conectam nas várias determinações histórico-culturais que influenciam os fenômenos sociais e educacionais.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se chegar aos resultados que as falas das professoras apontam, dão indícios para uma provável existência de educação sexista, e ter um olhar mais atento para as questões educacionais acerca dos “problemas de gênero” Butler (2016). Então a escola municipal Vila Goiás carece de uma formação docente continuada ao possibilitar maior criticidade. Diante do exposto, inexistente qualquer tipo de curso, palestra, formação voltada para o assunto. A única pessoa que discute na área aqui proposta é a pesquisadora e mestrande. Então da urgente preocupação como professora universitária em formação, que busca uma educação libertadora, comprometida com as demandas das classes trabalhadoras, em que é preciso começar esta mudança no cotidiano do dia a dia, chão da escola, lugar de morada, das micro relações para as macroestruturas.

Nessa perspectiva, nossos esforços como educadores é, ao mesmo tempo de nos capacitarmos para ajudar os educandos a ler criticamente a realidade embrutecedora e mutiladora de vidas sob a sociedade capitalista e lutar por mudanças que não se constituam em reforço à sociedade como as políticas compensatórias ou de filantropia no âmbito social, econômico e educacional, e sim que pontem para novas relações sociais ou relações efetivamente socialistas. Distinguir umas de outras é tarefa ético-política imprescindível. (FRIGOTTO, 2002, p. 24-25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ora, chegamos as famosas “conclusões, as docentes se referem à sexualidade é mais no sentido biológico da construção do sexo ou abordando para o respeito de forma ampla. Mesmo diante dos avanços na legislação nacional a temática de gênero, sexualidade e diversidade encontra-se por más interpretações e compreensões. Mais do que criar mecanismos de proteção, legislações, é necessário buscar alcance das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e sexualidade, combate a LGBTfobia na educação em articulação com os acordos internacionais sobre os “direitos humanos”.

Por fim, o presente estudo compreendeu apenas uma parte significativa do universo na qual encontra-se a Escola Municipal Vila Goiás, as professoras e estudantes. Concluimos que, não temos nenhuma pretensão de esgotar o assunto, são indagações iniciais e se outras pesquisadoras queiram enveredar por este caminhar, muito há o que contribuir para a realidade local, municipal, onde estas investigações possam chegar até a Universidade e que, a sociedade entenda às diferentes narrativas construídas no espaço da zona rural.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Moraes. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. Biblioteca básica de Serviço Social. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**/ São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. A experiência do trabalho e a educação básica**. In FRIGOTTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro: 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOURO, Guacira. Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e Realidade, jul./dez. 1995, p. 71–99.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna, 1999.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Perspectiva, 1979, 2a. ed.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo. Ed: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo. 2º ed. 2015, 160 p.